

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

3
4 **Ata da 16ª Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de**
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**
6

7 Aos vinte de junho de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 –
8 Bairro Santa Tereza, foi aberta a 16ª Plenária Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência
9 Social – CMAS/BH. A presidente, Léa Lúcia Cecílio Braga, leu as justificativas de ausências de
10 conselheiros: Levi Aparecido Rodrigues da Cunha e Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto. Léa disse
11 que é uma Plenária conjunta entre conselheiros da atual gestão e conselheiros da gestão anterior
12 em função de assuntos que demandam a continuidade de discussão. Na seqüência Léa leu os
13 pontos de pauta: 1) Aprofundar e discutir as pendências do CMAS/BH: Regimento Interno, GT das
14 Clínicas, Emenda Parlamentar; Instrumental sobre mensagens/comunicados e discutir a criação da
15 Comissão de Política de Assistência Social; 2) Apresentação e discussão do tema Renovação da
16 Inscrição de Entidades de Educação; 3) Discutir a realização da 7ª Conferência Municipal de
17 Assistência Social e 4) Informes Gerais. Léa informou que as atas 103ª (11/04/07) e 104ª
18 (09/05/07) foram enviadas aos conselheiros e solicitou a apresentação dos destaques/alterações.
19 Discutidas as modificações e correções apresentadas pelos conselheiros com relação à Ata 103ª, a
20 mesma foi colocada em votação e aprovada por 22 votos e houve 5 abstenções. Quanto a Ata da
21 104ª Plenária Ordinária não houve destaques. Colocada em votação a mesma foi aprovada por 15
22 votos e houve 9 abstenções. Na seqüência Léa passou à apresentação do 1º ponto de pauta. A
23 conselheira e coordenadora da Comissão de Normas, Margareth Clemente dos Santos, apresentou
24 o ítem das pendências do CMAS no tocante ao Regimento Interno. Falou sobre algumas das
25 atribuições da Comissão de Normas para este momento, tais como: a Revisão do Regimento
26 Interno, a temática da inscrição de entidades com análise, visita técnica e elaboração de novos
27 critérios. Disse que o desafio da nova Comissão está na reestruturação do setor de inscrição de
28 entidades com uma nova metodologia de trabalho, sendo necessário um aporte maior de recursos
29 humanos na Secretaria Executiva do Conselho, que encontra-se muito sobrecarregada em função
30 do número crescente de entidades e outras atividades do Conselho. Margareth fez uma avaliação
31 positiva da Comissão de Normas dizendo que esta Comissão trabalhou em equipe, com o respeito
32 e união, ressaltando a coerência e imparcialidade como características marcantes dos membros.
33 Falou que em todas as tarefas realizadas por esse grupo sempre houve a preocupação com o
34 crescimento e melhoria da Assistência Social em Belo Horizonte, visando o compromisso a
35 qualidade das ações na promoção do usuário da assistência social. Margareth acrescentou que um
36 dos desafios para essa Comissão foi a elaboração do novo Regimento Interno do Conselho, que
37 demandou muito tempo para finalizar a discussão. Falou que o maior obstáculo à finalização da
38 revisão do Regimento foi a falta da assessoria jurídica. Ressaltou que fica muito difícil trabalhar no
39 Conselho sem assessoria jurídica. Apesar da Comissão contar em alguns momentos com a
40 assessoria disponibilizada de forma provisória pela SMAAS, na Sra. Ludmila Nogueira Murta, a falta
41 do assessor desde o início atrasou muito o trabalho. Mas que, apesar dos obstáculos para dar
42 seqüência a elaboração do novo Regimento, a Comissão de Normas conseguiu finalizar essa
43 tarefa. A nova proposta de Regimento foi enviada à Procuradoria Geral do Município – PGM para
44 análise jurídica, que retornará ao Conselho em forma de parecer. Assim que chegar o Parece a

45 Comissão propõe realizar oficinas para apresentação, aos conselheiros, do novo documento, antes
46 de submetê-lo à aprovação da plenária. Disse que serão inclusas no novo Regimento as duas
47 novas Comissões que terão caráter permanente: Comissão de Promoção da Igualdade Racial (hoje
48 é provisória) e a Comissão de Política do Conselho (em criação). Finalizou destacando que na nova
49 proposta de Regimento Interno há avanços na estrutura (re-organizada), conforme a orientação
50 jurídica, e inclusão de artigos que buscam detalhar aspectos omissos no atual Regimento, bem
51 como a inclusão das atribuições das Comissões de Trabalho. O novo Regimento também inova ao
52 definir prazos e formas de comunicações; inclui regras para realização do processo eleitoral para
53 escolha dos representantes da sociedade civil. Por fim inclui, juntamente com os direitos e deveres
54 dos conselheiros, os critérios para substituições, indicações e controle de presença dos
55 conselheiros. A conselheira Kleid'Néa Martins Borges, coordenadora da Comissão de Normas da
56 gestão anterior, completou a apresentação, dizendo que, apesar da sobrecarga de trabalho, é
57 necessário um controle estatístico de prestação de contas, que deve ser introduzido na proposta de
58 reestruturação do setor de inscrição. Destacou também a necessidade de reformulação de alguns
59 formulários utilizados para a inscrição de entidades. Acrescentou ser importante recepcionar no
60 novo Regimento, naquilo que for concernente, o Código de Ética do Conselho Nacional de
61 Assistência Social – CNAS. O conselheiro Luís Fernando de Abreu Xavier parabenizou o trabalho
62 desenvolvido pela Comissão de Normas. Falou que o Conselho precisa ter um aporte maior de
63 recursos humanos, ou seja, ampliação do quadro técnico da Secretaria Executiva para ter a
64 estrutura necessária/adequada às suas funções e dar conta dos trabalhos. Acrescentou que existe
65 um acúmulo muito grande de tarefas e funções, ou seja, uma sobrecarga de trabalho, tornando o
66 processo deficitário. Isso é prejudicial à Política de Assistência Social, pois o Conselho delibera
67 assuntos importantes para a cidade. A conselheira Léa Lúcia disse ser importante que o conselho
68 assuma seu papel político de representação, não deixando essa tarefa para a Secretaria Executiva.
69 Acrescentou que a unidade do Conselho deve ser trabalhada, de forma que a discussão dos
70 conteúdos seja do conhecimento de todos. Enfatizou que na perspectiva da unidade pontos comuns
71 constem da pauta comum de todas as comissões. Assim dar-se-á maior visibilidade ao Conselho.
72 Na seqüência Léa passou a palavra à ex-conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa para
73 apresentar o item “GT das Clínicas”. Após breve relato do começo dessa discussão no Conselho,
74 que culminou no GT – Grupo de Trabalho das Clínicas, disse que o serviço desenvolvido nas
75 Clínicas não se caracterizava como serviço da Assistência Social, mas da saúde. Informou há um
76 parecer federal que proíbe (torna ilegal) o repasse de recursos da Assistência Social para entidades
77 com fins lucrativos. Por isso a discussão foi trazida ao Conselho que, em função de um prazo, teve
78 que fazer a discussão e se posicionar diante da situação. Acrescentou que o início da fase de
79 transição das clínicas da Assistência para a saúde causou muitas polêmicas, sendo um momento
80 muito conturbado de discussões. Após a discussão pelos três conselhos (Assistência, saúde e
81 Educação) o momento de transição dos convênios resultou num diagnóstico e encaminhamentos
82 das crianças e adolescentes atendidos por essa rede. Após a conclusão de todo o diagnóstico da
83 situação das crianças/adolescentes houve a inserção nos serviços que demandam os casos.
84 Destacou que será encaminhado ao Ministério Público o retorno/parecer da situação de cada
85 criança, visto que as clínicas entraram com processo na justiça. Finalizou dizendo que o GT das
86 Clínicas teve o papel de acompanhar todo esse processo de transição e saber como está o
87 atendimento dessas crianças e adolescentes. Logo após, Léa passou a apresentação do próximo

88 item – Emenda Parlamentar para o conselheiro João Ademar Specht. Léa explicou que a
89 apresentação seria feita por ele porque a coordenação anterior da Comissão de Financiamento não
90 continuou mais no Conselho. João Ademar contextualizou a discussão das Emendas
91 Parlamentares e afirmou que continua valendo a Resolução 012 de 28/12/01 do Conselho. Ele fez a
92 leitura do último parágrafo da resolução que diz: “Não emitir declaração de impacto social quando o
93 recurso destinado ao Fundo Municipal de Assistência Social for vinculado a projetos de entidades
94 filantrópicas indicadas pelo autor da emenda”, Se for “verba carimbada” não haverá emissão de
95 parecer pelo Conselho. No entanto, em discussão na reunião da Mesa Diretora (do dia anterior),
96 pontuou-se que, se a emenda não for carimbada e vier para financiar a Política de Assistência
97 Social através da Proteção Social, Gestão, Recursos Humanos e Controle, o posicionamento do
98 Conselho deveria favorável. Discutiu-se a proposta de se fazer uma nova redação da resolução
99 012/01 que incluía essa possibilidade. A proposta de inclusão de recebimento da emenda
100 descarimbada para o Fundo Municipal de Assistência Social deverá ser redigida pela Comissão de
101 Financiamento, para posterior apresentação e apreciação em plenária. A ex-conselheira Sandra
102 Regina disse que essa discussão das emendas no Conselho foi muito difícil e teve um
103 desdobramento que culminou na realização de um seminário. Nesse seminário sobre emendas o
104 Conselho teve a oportunidade de ouvir outros posicionamentos. No entanto manteve a sua posição
105 contra as emendas carimbadas direto para as entidades. Disse que foi dura essa discussão para a
106 sociedade civil, que deve abrir mão desse dinheiro. Informou que o Seminário resultou no convite
107 ao Ministério Público e a Universidade para compor os Colaboradores Oficiais do Conselho,
108 ajudando nessa discussão. Ressaltou que a discussão do recurso deve caminhar na lógica do
109 financiamento da Política e que o Conselho possa deliberar para onde vai o dinheiro. A conselheira
110 Kátia Rochael disse que a discussão das emendas foi um processo extremamente difícil e doloroso
111 para o conselho, mas que pode-se avançar nele à medida em que houver uma avaliação de que
112 não era suficiente só a realização do seminário. Disse que não queremos inibir que a verba vá para
113 o fundo, mas que o conselho possa ter a autonomia de decidir que o recurso seja alocado no fundo
114 O ex-conselheiro Márcio Almeida Dutra disse que coordenou a Comissão de Financiamento na
115 época dessa discussão. No entanto disse que não foi resolvida essa questão. Foi criado então um
116 Grupo Técnico – GT para dar conta dessa discussão, envolvendo membros de outras comissões.
117 Disse que a discussão deveria ter um desfecho com um produto para além da questão jurídica, pois
118 a emenda é um direito constitucional. Disse que vale a pena aprofundar o debate, fazendo a
119 discussão com as entidades. Informou que diante do posicionamento do CMAS-BH o município
120 parou de receber emendas e que o recurso migrou para outros municípios e fundos. O conselheiro
121 Luís Fernando de Abreu Xavier disse que ninguém está contestando a legalidade da emenda
122 parlamentar. A questão é que o posicionamento deste conselho foi contra o carimbo. Sugeriu que a
123 Comissão de Política, a ser criada, juntamente com a Comissão de Financiamento, possa discutir
124 junto ao Conselho Estadual e Nacional de que a emenda seja mandada para o fundo. A conselheira
125 Léa Lúcia disse que ficou uma lacuna nesse processo, pois o Conselho não fez uma carta para
126 todos os deputados dizendo de que forma pode vir a emenda para o município. O Conselheiro
127 Leandro Carvalho Silva disse que o conselho não pode se furtar, mas dizer sobre a nova forma de
128 destinar recurso, ou seja, não se pode mais recusar a discussão dessa questão. Precisa-se rever e
129 melhorar o texto da Resolução 012/2001. A conselheira Maria Aparecida Pereira Penido falou que
130 participou e viveu o estresse dessa discussão. Disse que espera que o novo Conselho consiga

131 avançar na discussão da nova proposta, sem ficar dividido entre sociedade civil e governo, como foi
132 na última discussão, com uma votação acirrada. A ex-conselheira conselheira Darci Vilaça falou da
133 maturidade deste Conselho em discutir essa questão novamente para ser concluída. Disse que
134 rever a resolução e concluir o processo é avançar na discussão e não significa aceitar o recurso
135 carimbado. Falou que a dicotomia do Conselho é ruim, quando divide em governo x sociedade civil.
136 Finalizando esse item a presidente Léa Lúcia disse que a discussão na plenária foi para a
137 socialização dessas informações. Solicitou que a Comissão de Financiamento acolha a discussão e
138 subsidie o Conselho, fazendo a manutenção da resolução 012 e acrescentar nova redação para
139 apreciação do Conselho e assim finalizar o processo. Passou-se ao item seguinte da pauta: o
140 Instrumental de mensagens e comunicados. Léa apresentou esse ponto fazendo uma
141 contextualização da relação de convênios que a SMAAS faz com a rede, através da regulação pela
142 Lei de Parcerias. Falou do conceito de mensagem que acontece no processo de escolha de novas
143 entidades para integrar a rede sócio-assistencial. Informou que o Comunicado ocorre quando a
144 entidade já está na rede e há mudança no curso do recurso, ou seja, um remanejamento. Disse que
145 a Comissão de Financiamento coordenou esse processo, criou um GT que iniciou a elaboração
146 desse instrumental, mas que ainda não foi concluído. Falou que é necessário que a Comissão de
147 Financiamento agende uma reunião com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e
148 Adolescente – CMDCA para discutir e apropriar-se desse instrumental, que converge em alguns
149 aspectos. Logo após Léa deu o informe (último item do 1º ponto de pauta) – Criação da Comissão
150 de Política. Solicita o envolvimento de todos os conselheiros, aos quais sejam encaminhadas as
151 atribuições da Comissão de Política tanto no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS
152 quanto no Conselho Nacional de Assistência Social, em vista da marcação da reunião do GT da
153 criação da Comissão. Solicitou que todas as Comissões de Trabalho pensem e elaborem
154 propostas para subsidiar a discussão sobre os objetivos e atribuições da Comissão. O conselheiro
155 João Ademar acrescentou que foi solicitado também à Secretaria Executiva um resumo da origem
156 dessa Comissão e q o Sávio ficou com a atribuição de pesquisar. Essa tarefa foi realizada e fez a
157 leitura, na plenária, do material elaborado. Léa solicitou que esse material fosse encaminhado às
158 Comissões para que todos discutam e elaborem suas contribuições à criação da Comissão. Depois
159 o assunto retornará à plenária. O 2º ponto de pauta referiu-se a discussão e avaliação da
160 renovação da inscrição de entidades de educação. A conselheira Margareth, coordenadora da
161 Comissão de Normas, fez a apresentação deste ponto. Margareth fez um breve relato da
162 metodologia de trabalho utilizada no processo de inscrição e/ou renovação das entidades no
163 Conselho. Explicou que o Conselho se norteia através de critérios contidos nas três resoluções que
164 normatizam o processo de inscrição. As resoluções 014/98 para as entidades de Assistência Social;
165 a 019/00 para entidades da área da saúde e a 020/00 para as entidades de educação. Falou sobre
166 alguns termos técnicos utilizados no processo de inscrição, para melhor entendimento dos
167 conselheiros sobre o assunto. Logo após Margareth apresentou a renovação da inscrição do
168 Colégio Salesiano de Belo Horizonte, da mantenedora Inspeção São João Bosco. O Colégio
169 possui Renda Bruta de R\$3.736.934,74 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$747.386,95; a
170 gratuidade aplicada em BH foi de R\$996.365,23. O Colégio apresentou como justificativa de
171 gratuidade os seguintes serviços: Curso Noturno de Educação de Jovens e Adultos – EJA para 188
172 bolsistas integrais, Custo Anual: R\$939.824,32 e a concessão de bolsas para alunos do Curso
173 diurno regular do Ensino Fundamental e médio para 26 bolsistas integrais e parciais, Custo Anual

174 de R\$57.540,91. Terminada a apresentação foram feitos alguns esclarecimentos, solicitados pela
175 plenária. Colocada em votação foi aprovada a renovação da inscrição deste Colégio por 25 votos e
176 houve 4 abstenções. O outro Colégio apresentado foi o Centro Educacional Pio VII. O Colégio
177 possui Renda Bruta de R\$3.585.115,05 e a gratuidade a ser aplicada é de R\$717.023,01; a
178 gratuidade aplicada em BH foi de R\$747.300,20. O Colégio apresentou como justificativa de
179 gratuidade os seguintes serviços: 118 bolsistas integrais no Curso Noturno, na modalidade de
180 Ensino Regular Formal são concedidos alguns benefícios complementares aos alunos, tais como:
181 material didático e curso de informática, Custo Anual: R\$540.835,04 (custo por aluno: R\$ 423,52).
182 Concessão de 23 bolsas integrais e parciais para alunos do Curso Diurno no Ensino Regular
183 (Fundamental e Médio), Custo Anual: R\$94.941,24. Concessão também de 17 bolsas integrais para
184 alunos do Programa Bom Aluno, Custo Anual: R\$111.523,92. Dados os esclarecimentos solicitados
185 houve a votação, com aprovação da renovação por 24 votos e houve 1 abstenção. Na conclusão da
186 plenária Léa Lúcia informou, com vista à 7ª Conferência Municipal de Assistência Social, que
187 aconteceram duas Pré-Conferências dia 16/06/2007, das Regionais Barreiro e Oeste. Solicitou a
188 efetivação de uma maior mobilização em função da participação dos usuários, incentivando sua
189 participação nas Pré-conferências. Destacou que na Região Oeste houve pouca participação de
190 usuários. Informo que o Edital de convocação da Conferência Municipal já foi publicado. Sávio disse
191 ser importante que as entidades de âmbito municipal, inscritas no Conselho, participem da Pré-
192 Conferência da sua região, para apropriar-se dos conteúdos. O conselheiro João Ademar informou
193 que o Conselho recebeu um documento do Ministério Público que trata da Impetração de Processo
194 contra os três entes da Federação do Estado Brasileiro que os responsabiliza pelos homicídios de
195 crianças e adolescentes sob custódia do Estado, ocorridos em nosso país. Solicitou que os
196 conselheiros possam conhecer e discutir o assunto. Nada mais havendo foi encerrada a Plenária e
197 eu, João Ademar Specht, Secretário Geral do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e
198 assino a presente ata. Belo Horizonte, 20 de junho de 2007.